

Acervos-povoados: apontamentos a partir da arqueologia amazônica

Peopling Collections: notes from amazonian archaeology

32

MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE Vol. 12, n.º 24, Jul./Dez. 2023

Marcia Bezerra¹

DOI 10.26512/museologia.v12i24.49720

Resumo

Os debates em torno dos acervos arqueológicos não são recentes no Brasil. No entanto, nos últimos anos temos dado atenção especial a questões que ultrapassam os muros das instituições de guarda dessas coleções. Dentre outros aspectos, destaco a invisibilidade do repertório material arqueológico acervado em museus, universidades e centros de pesquisa, e o ordenamento classificatório que despossui essa materialidade dos sentidos e das existências que constituem as coisas arqueológicas. Para tratar da importância de ver e escutar esses seres *artefactuais* que vivem nas reservas técnicas, parto de experiências na arqueologia amazônica.

Palavras-chave

acervos arqueológicos; coleções arqueológicas; reservas técnicas; arqueologia; Amazônia

Abstract

Debates concerning archaeological collections are not new in Brazil. However, in the last few years, we have focused on issues that extend beyond the walls of the institutions that safeguard these collections. Among other aspects, I highlight the invisibility of the archaeological material repertoire gathered in museums, universities, and research centers, as well as the classificatory order that deprives this materiality of the senses and existences that constitute archaeological things. To address the significance of seeing and hearing these artefactual beings who live in storage rooms, I draw on the experiences in Amazonian archaeology.

Keywords

archaeological archives; archaeological collections; storage rooms; archaeology; Amazon

Introdução

Os acervos constituem um dos principais desafios para a arqueologia contemporânea. Instituições ao redor do mundo enfrentam a “crise dos acervos” (VOSS, 2012: 45) que evidencia os impactos de um longo processo de acumulação material (BREFE, 1998: 286). No Brasil, a situação não é diferente e à “geração irrefletida e contínua de coleções arqueológicas” (PEREIRA, 2020: 7) se somam outras fragilidades que incluem: a falta de investimentos na infraestrutura das reservas técnicas, o pouco incentivo à formação de pessoas especializadas, o reduzido fomento a pesquisas voltadas para o tema dos acervos e o tímido apoio a projetos de socialização das coleções arqueológicas (CABRAL, PEREIRA e BEZERRA, 2018). Além disso, as ações educativas que envolvem os acervos arqueológicos nos museus precisam ser sistematizadas e avaliadas regularmente. A contínua elaboração e reformulação de políticas públicas de gestão do patrimônio arqueológico e suas normativas também se faz necessária (COSTA, 2019a; SALADINO, 2019). Há muito a ser feito, mas já temos avança-

¹ Docente do Bacharelado de Museologia/FAV/ICA e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/PPGA/IFCH, da Universidade Federal do Pará. Bolsista PQ do CNPq.

do na discussão de vários pontos e proposto caminhos que ajudem a lidar com as intrínsecas complexidades dos acervos.

Maria Cristina Bruno (2020: 12) ao discutir sobre os dilemas da gestão de acervos arqueológicos, lembra que eles “(...) desvelam problemas desde sempre e representam problemas para sempre, pois de alguma forma são responsáveis pelo desvelar do que há de muito significativo em nossas sociedades ao longo do tempo (...)”. No caso brasileiro, a construção da invisibilidade do patrimônio ancestral indígena resultou no que Bruno (1995, 2000) denominou de “estratigrafia do abandono”. Decerto os modos de gerenciamento dos acervos podem acentuar processos de apagamento, silenciamento e exclusão de coletivos, existências, materialidades e regimes de conhecimento.

Nos últimos anos, os esforços da comunidade arqueológica contra o abandono têm resultado em publicações (ver dossiês organizados por CARVALHO e POUGET, 2017; MORAES WICHERS, 2019; PEREIRA *et al*, 2020; BARRETO e WICHERS, 2021 e LIMA, 2022), grupos de trabalho, fóruns e eventos (BRUNO *et al*, 2020) que reúnem coletivos de diversas áreas em torno dos problemas e das potencialidades dos acervos arqueológicos no país. Os debates têm dado particular atenção às reservas técnicas e de como reconhecê-las como um “ambiente vivo” (PEREIRA e CABRAL, 2021:29).

Pensar sobre a “vida oculta das coisas” (SANTOS-GRANERO, 2009) tem mobilizado a arqueologia amazônica (BARRETO e OLIVEIRA 2016; OLIVEIRA 2020; CABRAL, 2020; JÁCOME e WAI WAI, 2020), o que inclui as coisas que estão acervadas nas instituições. Nesse sentido, trago algumas reflexões sobre as relações entre as pessoas, os saberes e as coisas que vivem nas reservas técnicas da região.

Notas sobre acervos, coleções e reservas técnicas

Coleção e acervo são conceitos distintos, mas fora do Brasil, em alguns contextos acadêmicos e de gestão, eles podem ser entendidos como sinônimos (BRUNO, 2020; CALMON DE OLIVEIRA ROCHA, 2022). Neste texto compreendo que:

(...) coleções arqueológicas são distinguidas, em geral, por uma procedência em comum, os acervos arqueológicos são geralmente associados ao conjunto de bens sob guarda de uma mesma instituição ou reunidos em um mesmo local físico – podendo incluir dados oriundos de diferentes projetos de pesquisa e diferentes sítios ou regiões. Deste modo, um acervo pode abrigar distintas coleções (SALADINO e POLO, 2016, s/p).

Nós inventamos a materialidade dos acervos, o conceito de acervos, a função dos acervos e as estratégias para a sua gestão. Também criamos – física e simbolicamente - as paredes/barreiras/limites que os cercam. As reservas técnicas – pensadas para resolver o problema do volume de coleções nas exposições permanentes (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013), acabaram criando, de acordo com Gomes e Vieira (2013: 131), “uma fronteira entre o domínio público e privado no museu”, instituindo um “local intencionalmente inacessível” (*Op. cit.*, 131) aos não-especialistas. Em decorrência disso, ela é percebida como espaço: 1) fantasioso - pela associação com supostos tesouros guardados (BRUSIUS e SINGH, 2018); 2) desvalorizado - por se entender que ali estão depositados objetos de menor importância e por isso são ‘escondidos’ (PEREIRA, 2017: 68) e 3) especializado - cujos rígidos protocolos, incluindo as medidas de segurança,

Acervos povoados:

apontamentos a partir da arqueologia amazônica

instauram um espaço sagrado frequentado apenas por agentes profissionais do patrimônio que tentam, a todo custo, preservar a integridade física das coleções e conter o inexorável fluxo de coisas vivas que constituem a vida das coisas e ameaçam a sua conservação (INGOLD, 2012).

O crescente movimento de abertura das reservas à visitação pública tem sido um avanço no processo de derrubada dessas paredes/barreiras. O acesso democrático às coleções acervadas revigora a vida social de muitos objetos que, de outro modo, dificilmente seriam expostos durante sua “vida museológica” (BRUSIUS e SINGH, 2018: 09). Essas ações indicam que há um empenho das instituições na desconstrução do modelo “binário reserva-exposição” (*Op. cit.*: 14) e das ideias românticas, desqualificadoras e/ou sacralizantes sobre as coleções que estão abrigadas nesses espaços. Além disso, as reservas técnicas têm sido transformadas em espaços colaborativos de pesquisa, trabalho e aprendizado para pessoas pesquisadoras, curadoras e outras não vinculadas aos museus, provocando um fluxo constante e muito profícuo de gentes e saberes múltiplos (v. LIMA e BARRETO, 2020; CUNHA LIMA e SILVA, 2021).

Os acervos são compostos pelas coleções existentes nas reservas e aquelas expostas ao público. Os discursos expositivos apresentados aos visitantes de museus têm sido analisados e problematizados na produção acadêmica das áreas de arqueologia e museologia (BRUNO, 2005; CURY, 2015; MORAES WICHERS, 2017; RIBEIRO *et al.*, 2018; VASCONCELLOS e BALAGUER, 2020; MORAES WICHERS *et al.*, 2021). Nos museus, o contato do público com as materialidades do passado costuma ocorrer somente durante as visitas. Nesses encontros, as pessoas elaboram outras narrativas que misturam os elementos oferecidos pelas instituições museológicas e as suas próprias experiências com as coisas do passado. No entanto, como recentemente discutido por Camila Moraes Wichers e colegas (2021), as políticas museais de representação em grande medida ainda se pautam pela “estereotipagem e apagamento” de histórias, memórias e corpos (v. também TAVARES e AZEVEDO DE MORAES WICHERS, 2022). Os museus são espaços de poder e de conflitos, onde a prevalência de certos regimes de conhecimento impede, como afirma Luzia Ferreira (2012: 113) que “grupos sociais invisibilizados possam se autorepresentar com equidade”. E os acervos arqueológicos são condutores materiais dessas racionalidades.

Os acervos arqueológicos são formados por coleções distintas, um forte laço que os une é o fato de estarem vivendo sob o mesmo teto. Esses conjuntos, originalmente diversos entre si, são constituidores dos espaços institucionais e são neles “similarizados” pelos protocolos curatoriais e pelas práticas de classificação. O ordenamento das coisas, como afirma Lissant Bolton (2003: 43), “(...) impõe um conjunto particular de significados aos objetos por meio de rótulos, textos e ilustrações, apresentando esses significados não como interpretação, mas como fato”. Dentro das instituições museológicas, a arqueologia ao longo de sua trajetória participou, ativamente, da tarefa de classificar e “ordenar o caos” (FERREIRA, 2019) e assim construir determinada visão de mundo sobre o passado. Bruno Brulon (2015: 29) assinala que “a categoria faz existir aquilo que anuncia, e, neste sentido, é a classificação que cria a classe e não a informação”. Para ele, não é preciso abandonar os sistemas classificatórios, mas repensá-los de modo a abrir caminho para outros nexos interpretativos. Com relação à arqueologia, Queiton dos Santos (2021: 116), diz que “(...) é preciso pensar nas potencialidades e nas formas não hegemônicas de descrever o que é arqueológico, bem como dos modos em que este se liga a uma série de relações múltiplas” e que acompanham os objetos ao longo de sua trajetória.

Um fragmento de cerâmica, uma lâmina de machado ou um muiiraquitã ganham uma identificação particular ao entrar numa reserva técnica. A eles é assegurada uma informação sobre a sua proveniência que é, artificialmente, constituída pelas práticas e sistemas classificatórios de campo e de laboratório. As coisas arqueológicas se formam “na frente dos nossos olhos” (HOLTORF, 2002: 55) e trazem com elas múltiplas camadas de histórias e sentidos que incluem as comunidades de origem das coisas, as equipes de arqueologia envolvidas na sua construção como artefatos e profissionais que atuam nas reservas técnicas, transformando os artefatos em objetos museais. Os lugares que as coisas assumem nessa trajetória não são fixos e imutáveis, um objeto musealizado pode ser ressituaado em sua origem, como é o caso de peças repatriadas a partir da reivindicação de povos tradicionais. Brulon (2015: 30) propõe a categoria “objeto-devir” porque as coisas podem assumir muitos lugares e sentidos em sua biografia; porque não são apenas uma coisa, podem ser muitas coisas, porque estão sempre em movimento (INGOLD, 2012).

Entretanto, o processo curatorial sanitiza, compartimentaliza e mobiliza os objetos como se fossem inanimados. Victor Buchli (2002: 14) afirma que

That we have sanitized them to such a degree, evacuating them into inaccessible collections, constituting them as edifying discursive texts, and at times even rendering them dangerous – as some frustrated Native American groups have found their repatriated objects conserved with highly poisonous substances.

Na perspectiva indígena, as coisas “também se aborrecem” com a adoção dessas práticas (BEZERRA e MACHADO, 2011). Assim, protocolos de ordenamento, conservação e segurança podem despossuir as coisas de suas qualidades sensíveis, interditar possibilidades de fruição entre as pessoas e a materialidade arqueológica, enquanto invisibilizam outros mundos. Na arqueologia amazônica temos procurado modos outros de lidar com essas complexidades.

Os acervos-povoados na Amazônia

Mariana Cabral *et al* (2018) analisaram dados disponibilizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e apontaram que o fortalecimento das instituições de guarda de acervos arqueológicos na região amazônica se iniciou há duas décadas. Os dados são oriundos do Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP), criado como instrumento de gestão dos bens móveis arqueológicos (IPHAN 2016), e mostram 28 instituições cadastradas na região norte. Ainda não há estudos que tratem do volume desses acervos, mas algumas instituições têm coleções muito extensas, como o Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) que abriga cerca de 1,5 milhão de fragmentos, além de 4.100 peças inteiras (LIMA e BARRETO, 2020: 48).

Independentemente do tamanho do acervo, promover a sua socialização não é tarefa simples, mas é essencial para o estabelecimento de diálogos com coletivos que, historicamente, têm acesso limitado às coleções. Contudo, Daiane Pereira (2017: 68) lembra que abrir e expor os acervos das reservas técnicas não resolve o problema do acesso ao patrimônio. É preciso pensar sobre a gênese dessa interdição e posicioná-la no bojo das estratégias de gestão das instituições. Nicholas Mirzoeff (2017: 16) ao discutir sobre processos de descolonização sugere que devemos “esvaziar o museu, descolonizar o currículo e abrir a teoria” e pergunta “Para quem os objetos estão sendo mostrados? Com

Acervos povoados:

apontamentos a partir da arqueologia amazônica

que finalidade?”. Então, podemos indagar: para quem abrimos as reservas? Para quê? Há alguns anos as respostas a essas perguntas teriam como denominador comum uma série de justificativas técnicas para o não acesso de grupos sem vínculos com a instituição “museu” e com as ciências implicadas no trabalho nas reservas. Atualmente, as reservas técnicas passam por um processo de ressignificação, deixando de ser o lugar inacessível para se tornar um espaço participativo, onde gentes com múltiplas experiências e distintos modos de conhecimento se encontram, provocando o surgimento de outros sentidos sobre as coisas (GOMES e VIEIRA, 2013; PEREIRA e CABRAL, 2021; PEREIRA, 2017; LIMA e BARRETO, 2020; CUNHA LIMA e SILVA, 2021).

Na amazônia, a cultura material arqueológica é constituída por muitos nexos, que reúnem afetos, assombros, conflitos, memórias, histórias de vidas que, muitas vezes, se prolongam para dentro das reservas técnicas (BEZERRA e FERREIRA, 2022). Um relato da arqueóloga Daiane Pereira (2019: 46), que trabalha em uma instituição de pesquisa na Amazônia, exemplifica bem essa particularidade. Ela narra a história de uma senhora que buscava informações sobre um conjunto de pedrinhas coletadas por uma equipe de arqueologia em sua comunidade. Ela não sabia o nome do sítio, nem se recordava do ano em que a referida escavação havia ocorrido, o que dificultava a tarefa de localizar as pedrinhas. Apesar disso, Daiane conseguiu localizá-las e verificou que se tratava de uma amostra de fragmentos de cerâmica sem decoração, que ainda não haviam sido analisados. A arqueóloga conta que a senhora ficou muito feliz ao se reencontrar com as suas “pedrinhas”. A ocorrência se desdobrou em uma discussão sobre a importância de incluirmos, no processo de curadoria, informações que facilitem o acesso das pessoas às coleções com as quais tenham algum tipo de vínculo (PEREIRA, 2019).

Episódios como esse são frequentes na região. É como se a reserva técnica procurada pela moradora fosse, em certo sentido, uma extensão de sua comunidade. Camila Jácome *et al* (2020) falam sobre a importância de conhecermos a gênese de formação das coleções arqueológicas que pode desvelar violências étnico-raciais. E sugerem a criação de “acervos epistêmicos” que teriam na sua base constituidora a pluralidade de pessoas, saberes, histórias, reunidas com o acervo de informações e narrativas arqueológicas, de forma que os sentidos que dão vida aos objetos arqueológicos no presente sejam reconhecidos como integrante da biografia dos artefatos arqueológicos. De fato, na Amazônia, as pessoas que vivem nas cercanias dos sítios manifestam um sentimento de afeto, zelo e orgulho com as coleções que reúnem em suas casas² e quando veem os objetos oriundos de suas comunidades guardados ou expostos nos museus (BEZERRA, 2011, 2017; LIMA; MORAES e PARENTE, 2013; COSTA, 2020; BIANCHEZZI, 2022).

Maurício Silva (2015: 107) relata que nas vilas amazônicas onde conduz suas pesquisas, as pessoas acabam “criando verdadeiros museus em suas salas, são janelas para olhar as relações presentes e estabelecer conexões com o passado (...)”. Em Parintins, a equipe do projeto “Divulgação arqueológica em tempos de pandemia, coleções de Parintins-AM e suas histórias” documentou

2 Cabe destacar que a legislação que trata do patrimônio arqueológico não permite a coleta e a posse privada de materiais arqueológicos. Para conduzir pesquisas arqueológicas, no Brasil, é preciso solicitar autorização do Estado (via Centro Nacional de Arqueologia/IPHAN). Além disso, a profissão foi regulamentada pela Lei 13.653/18. O colecionamento de objetos arqueológicos é, no entanto, uma prática que vem sendo discutida pela comunidade arqueológica e agentes do patrimônio (BEZERRA, 2011, 2017, 2019; LIMA, MORAES e PARENTE, 2013; BIANCHEZZI, 2022; BIANCHEZZI *et al*, 2021).

em imagens – catálogo de fotos e vídeos – os acervos de pessoas que moram no entorno dos sítios arqueológicos e os sentimentos de afeto que esses objetos provocam (BIANCHEZZI *et al*, 2021). Eliane Costa (2020: 87) lembra que em alguns lugares os “museus não se reduzem a instituições”, como é o caso do Marajó.

Os artefatos arqueológicos vazam dos sítios para a superfície e se misturam às vidas das pessoas no presente. Mesmo as práticas de uso do material para atividades cotidianas - como armazenamento de água ou farinha, guarda de objetos, vaso de planta, pesos de papel, pesos de balança, pesos de porta, peça de brinquedo, chocadeira, mantenedor de umidade em vasos de planta, auxiliar na lavagem de roupa - são atravessadas por relações memoriais e materiais da ordem do sensível (BEZERRA, 2019).

Mas na nossa tentativa de preservar os vestígios do passado, podemos apagar essas outras marcas, desconsiderando a sua ativação por parte das pessoas no presente. Durante a realização de um evento sobre acervos arqueológicos³, participantes de comunidades tradicionais ao se referirem aos objetos arqueológicos encontrados em quilombos e aldeias indígenas, evocaram suas ancestralidades, mostrando que eles carregam outros agentes, seres, tempos, experiências e corpos. E ainda declararam que não podem ser ordenados, disciplinados pelas epistemes ocidentais e nem escondidos nas criptas dos museus. A esse respeito, Juliana Machado (MACHADO, 2021: 7-8), diz que “Enquanto o tempo passa e as coisas ficam cada vez mais engavetadas e encaixotadas suas relações/conexões vão ficando cada vez mais distantes, até que deixam de ser lembradas”. É como se as coisas emudecessem e com elas as pessoas – do passado e do presente.

Helena Lima e Cristiana Barreto (LIMA e BARRETO, 2020) têm discutido sobre o “silenciamento dos objetos” nas reservas, uma vez que peças que deveriam estar juntas se separam em função de critérios de conservação, acondicionamento e segurança. As pesquisadoras têm buscado reaproximar os objetos. Durante uma visita à Reserva Técnica Mário Ferreira Simões, do Museu Paraense Emílio Goeldi (RTMFS/MPEG), o grupo que participava do evento acima referido (v. nota 2) pode conhecer as famílias de entes humanos e não-humanos – no caso eram os remanescentes humanos (não expostos) e as urnas funerárias Maracá⁴ a eles vinculados – e que recuperaram a sua interação de intimidade. O que se vê ali vai muito além da proximidade das coisas, é um passo importante para a mudança de protocolos paradigmáticos e que tem a ver com a necessidade de negociação entre as pessoas pesquisadoras com suas práticas disciplinares e outros sistemas de pensamento. Como diz Irislane Moraes (2012: 170) é preciso reconhecer a “ausência do visível”.

Mas como vemos o invisível que acompanha urnas, cacos de cerâmica, lâminas de machado, muiquitãs e os próprios sítios? Como reter o conhecimento sobre os objetos arqueológicos gerado pelas relações das pessoas com os assombros amazônicos? Como interagir com as múltiplas realidades que criam e animam o território das reservas técnicas? Como não ferir as existên-

3 V Fórum de Acervos Arqueológicos: interdisciplinaridade e interculturalidade. Organizado pelo Grupo de Trabalho Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (GTA-SAB) e pela Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos (REMAAE), entre os dias 16 e 19 de novembro de 2022, nas dependências do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Museu do Estado/ SECULT. Fonte: <https://acervosarqueologicos.wordpress.com/>.

4 Urnas funerárias antropomorfas, com grafismos na superfície, encontradas em cavernas e abrigos localizados nas proximidades do rio Maracá, no estado do Amapá, e relatadas desde o final do século XIX (GUAPINDAIA, 2001).

Acervos povoados:

apontamentos a partir da arqueologia amazônica

cias que povoam as reservas? O exercício da escuta é o primeiro passo nessa caminhada desafiadora. É preciso levar à sério (VIVEIROS DE CASTRO, 2002) o conhecimento que as pessoas têm sobre a materialidade da arqueologia e as existências que habitam os sítios e os artefatos arqueológicos. As presenças humanas e não-humanas engajadas com o passado participam de forma contínua para a preservação desses lugares e objetos de sentido. São co-curadoras das coisas, dos sítios, dos acervos, das reservas; são co-curadoras do impalpável e são experienciadas pelas pessoas por meandros distintos, como as visagens e os sonhos.

Alan Nazaré relata que o morador de uma pequena comunidade, no estado do Amapá, lhe contou que os seus sonhos serviram como “avisos” para encontrar sítios (NAZARÉ, 2008). Lúcio Leite (2014) também descreveu as interações complexas entre pessoas humanas, encantados e “bonecos de barro”, categoria local para designar as urnas Maracá, no Amapá. O antropólogo Felipe Vander Velden (2018: 192, 201) ao discutir sobre os interstícios da antropologia e da arqueologia, a partir de trabalho conduzido entre os Karitiana, no estado de Rondônia, explica como os cacos de cerâmica arqueológica são “cacos de espíritos”, “são parentes antigos” e conclui que “os potes são, em certo sentido, pessoas!”. Camila Jácome (2017: 442) relata a associação feita pelos Wai Wai entre olhar os fragmentos da cerâmica arqueológica Konduri⁵ e a possibilidade de uma pessoa voltar a ser pajé. Entre os Wajãpi, os machados roncam (CABRAL, 2017).

Em outros contextos, fora da Amazônia, essas relações subjetivadas também são observadas. Os arqueólogos Alexander Herrera e Kevin Lane (2006: 161) descrevem as experiências da equipe de arqueologia durante trabalho de campo no Peru, e de como as visões oníricas sobre os sítios, somadas a outras percepções, indicam que esses lugares são considerados perigosos, “porque ao estar ali se pode contrair o mal de sítio”. Débora Soares (2021: 4), do mesmo modo, conta que durante sua pesquisa de campo no Peru ouviu diversos relatos, de pessoas arqueólogas e não-arqueólogas, sobre as doenças - denominadas de “mal de *Huaca*” - e as mortes causadas pelas *huacas*, e de como as cerâmicas arqueológicas são entendidas como “entidades outras-que-humanas dotadas de agência e poder” (*op. cit.*, trad. minha). O arqueólogo Leandro Mageste e equipe, enquanto trabalhavam em São Braz do Piauí, contam que um morador dizia “sentir” a existência de sítios arqueológicos” (MAGESTE *et al.*, 2020). Sentir um sítio é uma experiência sensorial corpórea e mostra o grau de sutileza que as pessoas têm com as coisas arqueológicas. Essas narrativas misturam passado, presente, humanos, outros-que-humanos e revelam outros trânsitos da materialidade arqueológica.

Marília Cury (2017: 206) propõe que os “encantados sejam curadores” nas reservas técnicas. Claudia López e Suzana S. Karipuna (2021) ao tratarem da reserva etnográfica do Museu Goeldi salientam que precisamos “treinar o nosso olhar para ver o invisível” (LÓPEZ e SANTOS KARIPUNA, 2021: 111) e propõem uma “curadoria do invisível”. Suzana Karipuna no mesmo artigo, conta ter ouvido muitas histórias de “aparecimentos” na reserva e diz que seus sonhos com as coisas e presenças no acervo são uma forma de se relacionar com o lugar de trabalho.

5 Complexo cerâmico arqueológico encontrado em sítios no Baixo Amazonas e associado à tradição Inciso-Ponteadado. É caracterizado pela decoração plástica (em bordas e apliques) e apresenta na sua área de dispersão datações entre 1000 e 1500 AD (JÁCOME, 2017).

Para João Pacheco de Oliveira (2007: 73) “as coleções etnográficas, uma vez retiradas das aldeias e dos seus contextos de utilização cotidiana e ritual, tendem a ser transformadas em abstrações sociológicas, nas quais a história e a reflexividade estão congeladas”. Para agir contra isso, temos que escutar de forma atenta, sensibilizar o nosso olhar, “abrir a teoria” (MIRZOEFF, 2017), mudar coração e mente (PELLINI, 2010) para engendrar outras formas de cuidar das coleções povoadas por tantas existências. É preciso considerar as suas subjetividades e agenciamentos ativos e evitar o congelamento, a estagnação, a morte das coisas.

Esses modos de sentir o patrimônio arqueológico no presente fazem parte da biografia das coisas do passado, porque o patrimônio não está no passado; ele faz parte do presente e está conectado a uma rede de relações complexas que lhe dá sentido. Mesmo nós pessoas arqueólogas, podemos nos surpreender com a existência de vínculos sensíveis com esses objetos. Carlos Costa (2019b) no artigo “Nem tudo está perdido...” ilustra muito bem essa relação ao tratar do encontro de várias histórias de vida, de diferentes pessoas, dentre as quais ele próprio, um objeto e a relação com o pai. O autor mostra que essas biografias juntas constroem a memória e os significados de uma urna funerária arqueológica coletada no município de Morro do Chapéu, no estado da Bahia. A vida social dessa urna exposta no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) ativou sentidos familiares em Carlos, que iam muito além do seu interesse arqueológico. O mesmo ocorreu com pessoas da localidade na qual a urna havia sido encontrada décadas atrás.

Esse é um exemplo profícuo porque o olhar especializado e informado pela ciência, no caso a arqueologia, não impediu que aquele objeto evocasse a memória de seu pai. Essa história nos faz ver que nem nós, pessoas arqueólogas, estamos imunes à agência das coisas com as quais convivemos em nossos trabalhos de campo, em nossos laboratórios, nas reservas técnicas, nas exposições museológicas. Sabemos que Carlos não pôde levar o “panelão” – categoria local - para casa, mas talvez a sua imagem continue a fazer parte do repertório de memórias familiares e a integrar a coleção que acolhe o passado afetivo do Carlos arqueólogo, o passado arqueológico da urna e os sentidos que a tornaram o “panelão”. As coisas podem ser muitas coisas ao mesmo tempo. Como na pesquisa de Soares (2021: 6, trad. minha), em que as *huacas* são “coisas complexas que podem ao mesmo tempo ser um lugar, um ente, ou a materialização de um poder imanente”. Ou nos relatos que ouvi no campo (BEZERRA, 2017, 2018) nos quais uma lâmina de machado arqueológica pode ser um “corisco”, “pedra de raio”, pode trazer boas lembranças ou doença e infortúnio. Esses relatos e encontros sensíveis demandam a prática de uma arqueologia atenta e aberta à desestabilização de suas fundações, em favor da construção de uma *arqueologia sutil* que faça sentido em muitos mundos.

Perguntas Finais

“Trabalhando com curandeiros, *huaqueros* e *huacos*, aprendi que os museus não são lugares tranquilos, porque as cerâmicas arqueológicas têm vida” (SOARES, 2021: 16)

Acervos povoados:
apontamentos a partir da arqueologia amazônica

Para onde vão essas existências, quando as colocamos em gavetas, prateleiras, caixas? O que estamos, de fato, (de)marcando quando colocamos uma etiqueta? De quem é a biografia registrada em fichas de campo, desenhos, croquis, mapas, diários, fotografias? Não estamos despossuindo as coisas de suas existências para habitá-las por nós e possuí-las?

As reservas técnicas são lugares plenos de vida, ali repousam de forma silenciosa seres artefactuais⁶ que convivem como “famílias de objetos” (VAN VELTHEM, 2007). As cerâmicas Maracá reunidas com os seus ossos na reserva do Museu Goeldi (MPEG) representam um movimento importante na direção da descolonização dos acervos, reservas técnicas, museus e dos campos da arqueologia, museologia e conservação. Devemos repensar as nossas práticas para ressitua-las em relação a outras coletividades, que além do interesse pelo patrimônio arqueológico, podem acionar uma gama de conhecimentos com potencial de afetar a arqueologia e provocar uma inflexão nos seus modos de atuar no mundo. Enquanto esse processo se desenrola, podemos dar alguns passos:

- Repensar conceitos/categorias/métodos/protocolos adotados nas reservas técnicas;
- Investir na formação de uma geração de pessoas que atuem a partir de uma visão interdisciplinar e intercultural na arqueologia e seus espaços;
- Incentivar debates transdisciplinares sobre os currículos de formação das áreas de arqueologia, museologia e conservação;
- Promover pontes de diálogos interculturais em todas as dimensões da disciplina (seja na arqueologia, museologia ou na conservação);
- Fomentar a organização de comitês interdisciplinares e interculturais para discutir sobre os acervos arqueológicos;
- Impulsionar a produção acadêmica sobre os acervos e os temas a eles relacionados;
- Provocar a articulação entre instituições em diferentes níveis e setores da administração pública com o intuito de colaborar na elaboração de políticas públicas;
- Buscar mecanismos para a contratação de pessoas de diferentes pertencimentos étnico-raciais nas equipes que atuam nas reservas técnicas e em outros setores dos museus.

Este último ponto é essencial para a efetivação de práticas inclusivas e plurais na gestão dos acervos arqueológicos, pois como diz Claudia Rankine (2021) a perspectiva e a experiência do outro não são transferíveis. Elas devem ser vistas, ouvidas e compartilhadas entre todas as gentes que povoam os acervos arqueológicos na amazônia e em qualquer outro lugar.

Referências

BARRETO, C. e OLIVEIRA, E. Para além de potes e panelas: cerâmica e ritual na Amazônia antiga. *Revista Habitus*, v. 14, n. 1, p. 51–72, 2016. doi.org/10.18224/hab.v14.1.2016.51-72

⁶ Para uma discussão sobre a produção de corpos artefactuais na arqueologia amazônica, ver Barreto e Oliveira (2016), Jácome (2017), Cabral (2020), Oliveira (2020).

BARRETO, C. e WICHERS, C.A. de M. Museus e coleções arqueológicas: perspectivas antropológicas: Apresentação. *Hawò*, Goiânia, v. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/hawo/article/view/70337>.

BEZERRA, M. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 57-70, 2011.

BEZERRA, M. *Teto e afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. Belém: GK Noronha, 2017.

BEZERRA, M. O machado que vaza ou algumas notas sobre as pessoas e as superfícies do passado presente na Amazônia. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 12, n. 2, 51–58, 2018. doi.org/10.31239/vtg.v12i2.12198

BEZERRA, M. e FERREIRA, L. G. Affective Museums: the practice of collecting archaeological artefacts in the Brazilian Amazon. In *The Oxford Handbook of Museum Archaeology* editado por Alice Stevenson. Oxford: Oxford University Press, 2022, p. 98-114.

BEZERRA, M. e MACHADO, A. *They Also Get Angry: indigenous things and conservation practices in museum collections*. Apresentado durante o “Indigenous People and Museums Unraveling the Tensions” Inter-Congress of the World Archaeological Congress, Indianapolis, junho de 2011. (não publicado)

BIANCHEZZI, C. *Entre cacos e flores: apropriações, usos e significados dos vestígios arqueológicos pelos moradores do sítio Macurany, Parintins, Amazonas*. Tese (Doutorado em Antropologia, Concentração em Arqueologia), UFPA, Belém, 2022.

BIANCHEZZI, C.; SANTOS, A. M. dos; BASSI, F. S.; LIMA, H. Pinto; MACHADO, M. C.; CRUZ, A. F.; BATISTA FILHO, A. de O.; PAIVA, M. de. *Fragments: arqueologia, memórias e histórias de Parintins*. Parintins, AM: Eskenazi Gráfica, 2021.

BOLTON, L. The object in view: aborigines, melanesians, and museums. In: *Museums and Source Communities* editado por L. Peers e A. K. Brown. Nova Iorque: Routledge, 2003, p. 42-54.

BREFFE, A. C. F. Os Primórdios do Museu: da Elaboração Conceitual à Instituição Pública. *Projeto História*, v. 17, 281-315, 1998.

BRULON, B. Os objetos de museus, entre a classificação e o devir. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 25, n. 1, p. 25-37, 2015. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/025>

BRUNO, M. C. de O. *Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1995.

BRUNO, M. C. de O. *Museologia. A Luta pela perseguição ao abandono*. São Paulo. Tese de Livre Docência. Museu de Arqueologia e Etnologia, 2000.

Acervos povoados:

apontamentos a partir da arqueologia amazônica

BRUNO, M. C. de O. Arqueologia e Antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, v. 31, p. 234-247, 2005.

BRUNO, M. C. de O. Museologia: entre abandono e destino. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 9, n. 17, p. 19–28, 2020. doi.org/10.26512/museologia.v9i17.31590

BRUNO, M. C. O.; COMERLATO, F.; COSTA, C. A. S.; LAIA, P. O. de et al. Resiliência do devir: notas sobre o lugar, o papel e a atuação da REMAAE na defesa das coleções arqueológicas e etnográficas brasileiras. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 3, p. 19–42, 2020. doi: 10.24885/sab.v33i3.844.

BRUSIUS, M. e SINGH, K. Introduction. In: *Museum Storage and Meaning: tales from the crypt*, editado por M. Brusius e K. Singh. Nova Iorque: Routledge, 2018.

BUCHLI, V. (ed.) *The Material Culture Reader*. Routledge, 2002.

CABRAL, M. P. Sobre el ronquido del hacha y otras cosas extrañas: Reflexiones sobre la arqueología y otros modos de conocimiento. In: *Sentidos Indisciplinados. Arqueología, Sensorialidad y Narrativas Alternativas*, editado por J. R. Pellini; A. Zarankin e M. A. Salerno. Madrid: JAS Editores, 2017, p. 221-249

CABRAL M. P. Sobre urnas, lugares, seres e pessoas: materialidade e substâncias na constituição de um poço funerário Aristé. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, 15(3):e20190123, 2020. doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0123

CABRAL, M. P.; PEREIRA, D.; BEZERRA, M. Patrimônio arqueológico da Amazônia: a pesquisa, a gestão e as pessoas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 38, p. 247-268, 2018.

CALMON DE OLIVEIRA ROCHA, A. K. Documentação Museográfica, Documentação Museológica e Documentação em Museus: uma reflexão para discutirmos o uso de termos a partir de conceitos. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 11 (Especial), p. 201–219, 2022. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/43324>

CARVALHO, A. V. de e POUGET, F. M. Editorial. Dossiê “Debates em torno das políticas de salvaguarda e acesso de acervos arqueológicos no Brasil”. *Revista Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2[19], p. 1, 2017. doi.org/10.20396/rap.v11i2.8651044

COSTA, C. A. S. Nem tudo está perdido: arqueologia e histórias de vida na contextualização de objeto arqueológico do MAE/UFBA. *Cadernos do Lepaarq*, v. 16, n. 31, p. 21-32, 2019a. doi.org/10.15210/lepaarq.v16i31.14363

COSTA, C. A. S. Por políticas para a gestão e musealização do patrimônio arqueológico: uma escala de sentidos. *Habitus*, v. 17, n. 1, p. 101-124, 2019b. doi.org/10.18224/hab.v17i1.7088

COSTA, E. M. Presença/ausência de museus na Amazônia Marajoara: entre desafios e perspectivas contemporâneas. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 3, p. 87–103, 2020. doi: 10.24885/sab.v33i3.861

CUNHA LIMA, S. e SILVA, F. Colaboração em museus: a participação de mulheres assurinís na definição dos critérios de restauração de vasilhas cerâmicas produzidas pelas suas ancestrais. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 10, n. 9, 290-304, 2021. doi|0.26512/museologia.v10i19.34569.

CURY, M. X. Museu em conexões: Reflexões sobre uma proposta de exposição. *Ciência da Informação*, v. 42, n. 3, p. 471-484, 2015. doi.org/10.18225/ci.inf.v42i3.1375

CURY, M. X. Lições indígenas para a descolonização dos museus: processos comunicacionais em discussão. *Cadernos CIMEAC*, v. 7, n. 1, p. 184-211, 2017.

DESVALLÉES, A. e MAIRESSE, F. (Orgs.) *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo: ICOM, 2013.

FERREIRA, L. G. *O lugar de ver relíquias e contar história: o museu presente/ausente na Vila de Joanes, Ilha do Marajó, Pará*. Dissertação (Mestrado em Antropologia, Concentração em Arqueologia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

FERREIRA, L. M. Ordenar o Caos: Emílio Goeldi e a arqueologia amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 4, n. 1, p. 71-91, 2009. doi.org/10.1590/S1981-81222009000100007

GOMES, M. F. e VIEIRA, E. As reservas visitáveis do Musée des Arts et Métiers em Paris. *ECR- Estudos de Conservação e Restauro*, v.5, p. 129-147, 2013. Disponível em: <https://ciencia.ucp.pt/pt/publications>.

GUAPINDAIA, V. Encountering the ancestors. The Maracá urns. In: *Unknown Amazon. Culture in nature in ancient Brazil*, editado por C. McEwan, C. Barreto e E. Neves. London: The British Museum Press, 2001, p. 156-173.

HERRERA, A. e LANE, K. “¿Qué Hacen Aquí Esos Pishtaku?”: sueños, ofrendas y la construcción del pasado. *Antípoda - Revista de Antropología y Arqueología*, v. 2, p. 157-177, 2006. doi.org/10.7440/antipoda2.2006.09

HOLTORF, C. Notes on the life history of a pot sherd. *Journal of Material Culture*, v. 7, n. 1, p. 49-71, 2002. doi.org/10.1177/1359183502007001305

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012. doi.org/10.1590/S0104-71832012000100002

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, Portaria n°. 196, de 18 de maio de 2016. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos>

JÁCOME, C. P. *Dos Waiwai aos Pooco – fragmentos de história e arqueologia das gentes dos rios Mapuera (Mawtohrí), Cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu)* (Tese de doutorado). MAE/USP, São Paulo, 2017.

Acervos povoados:

apontamentos a partir da arqueologia amazônica

JÁCOME, C.; PY-DANIEL, A. R.; PRESTES-CARNEIRO, G.; SHOCK, M. P. *et al.* Pluralidade dos acervos epistêmicos na Amazônia: história, gestão e desafios do Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú (UFOPA). *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 3, p. 306-29, 2020. doi.org/10.24885/sab.v33i3.843

JÁCOME, C. e WAI WAI, J.X. A paisagem e as cerâmicas arqueológicas na bacia Trombetas: uma discussão da Arqueologia Karaiwa e Wai Wai. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 15, n. 3:e20190140, 2020. doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0140

LEITE, L. F. S. C. *Pedaços de pote, bonecos de barro e encantados em Laranjal do Maracá, Mazagão - Amapá: perspectivas para uma arqueologia pública na Amazônia.* Dissertação, UFPA, Belém, 2014.

LIMA, H. P. e BARRETO, C. Uma nova política para um antigo acervo. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 3, p. 43-62, 2020. doi: 10.24885/sab.v33i3.824.

LIMA, H. P.; MORAES, B. M.; PARENTE, M. T. V. “Tráfico” de material arqueológico, turismo e comunidades ribeirinhas: experiências de uma arqueologia participativa em Parintins, Amazonas. *Revista Arqueologia Pública*, v. 7, n. 2[8], p. 61–77, 2015. doi: 10.20396/rap.v7i2.8635692.

LIMA, L. P. de. Apresentação. Dossiê - Os Museus de Arqueologia e a Arqueologia nos museus: pesquisa, preservação e comunicação. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 39, p. 1-5, 2022. doi.org/10.11606/issn.2448-1750.rev-mae.2022.204724

LÓPEZ GARCÉS, C. L. e dos SANTOS KARIPUNA, S. P. “Curadorias do invisível”: conhecimentos indígenas e o acervo etnográfico do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 10, n. 19, p. 101–114, 2021. https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/35492

MACHADO, J. S. *Histórias roubadas: (des)encontros entre arqueólogos, sítios, coleções arqueológicas e os Laklãnõ-Xokleng no Alto Vale do Itajaí, SC.* Hawõ, v. 2, p.1-49, 2021.

MAGESTE, L. E. C.; MACEDO, G. S.; PAES, E. L. de C. e SANTOS, C. E. F. dos. As arqueologias de São Braz do Piauí: apontamentos iniciais sobre as narrativas e usos dos bens arqueológicos no presente. *Cadernos do Lepaarq*, v.17, n.34, p.164-182, 2020. doi.org/10.15210/lepaarq.v17i34.19412

MIRZOEFF, N. Empty the museum, decolonize the curriculum, open theory. *The Nordic Journal of Aesthetics*, v. 25, n. 53, 2017. doi.org/10.7146/nja.v25i53.2640

MORAES, I. P. *Do tempo dos Pretos d’antes aos Povos do Aproaga: patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no Vale do Rio Capim (PA).* Dissertação, UFPA, Belém, 2012.

MORAES WICHES, C. A. Narrativas arqueológicas e museológicas sob rasura. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 35-50, 2017. doi.org/10.24885/sab.v20i2.543

MORAES WICHERS, C. A. de. Museus e acervos arqueológicos e etnográficos: (re)leituras e experiências. *Revista Habitus*, v.17, n.1, p. 3–6, 2019. doi.org/10.18224/hab.v17i1.7442

MORAES WICHERS, C.A. de M.; SILVA, A. de S. da; SANTOS, G. S.; SANTOS, K. K. P. dos et al. Entre nós: leituras e olhares feministas sobre a representação das mulheres em narrativas arqueológicas e visuais. *Revista Arqueologia Pública*, v. 16, n. 1, p. 205–228, 2021. doi.org/10.20396/rap.v16i1.8663912

NAZARÉ, A. S. *O Sítio Arqueológico AP-CA-18: percepção e narrativas de alguns moradores do município de Calçoene - AP. Monografia (Especialização em Arqueologia)*, UFPA, Belém, 2008.

OLIVEIRA, E. Corpo de barro, corpo de gente: metáforas na iconografia das urnas funerárias policromas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 15, n. 3: e20190108, 2020. doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-01

OLIVEIRA, J. P. de. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. *Tempo*, v. 12, n. 23, pp. 73-99, 2007. doi.org/10.1590/S1413-77042007000200006.

PELLINI, J.R. Mudando o coração, a mente e as calças. A arqueologia sensorial. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 20, p. 3-16, 2010. doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2010.89907

PEREIRA, D. Extroversão do patrimônio arqueológico salvaguardado: reserva técnica do Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert. *Revista Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2, p. 66-82, 2017. doi.org/10.20396/rap.v11i2.8650061

PEREIRA, D. O ‘Roubo das urnas’: a relação do patrimônio arqueológico salvaguardado e os coletivos humanos. *Habitus*, v. 17, n. 1, p. 39-52, 2019. doi.org/10.18224/hab.v17i1.7112

PEREIRA, D. A crise dos acervos: curadoria arqueológica como pesquisa. V Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Regional Centro-Oeste - I Congresso de Arqueologia do Centro-Oeste: Colaboração e Resistência: em tempos de crises e incertezas. Caderno de Resumos, p. 7, 2020. <https://www.sabnet.org/download/download>

PEREIRA, D. e CABRAL, M. Por uma biografia curatorial: o gerenciamento das coleções no núcleo de pesquisa arqueológica do IEPA. In: *Coleções científicas do Amapá: arqueologia, cartografia e geologia*, organizado por P. de C. Cantuária, C. de S. Gama e L. F.S. C. Leite. IEPA: Macapá, vol. 2, 2021, p. 25-34.

PEREIRA, D.; LEMOS RIBEIRO, D.; TEBALDI TOLEDO, G. e CUNHA LIMA, S. Perspectivas para a gestão de acervos arqueológicos. Dossiê Gestão de Acervos Arqueológicos. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 3, p. 02–07, 2020. doi: 10.24885/sab.v33i3.894.

RANKINE, C. *Só nós: uma conversa americana*. São Paulo: Todavia, 2021.

Acervos povoados:

apontamentos a partir da arqueologia amazônica

RIBEIRO, L., BEZERRA, D. B., JAGSO KAINGANG, J. D., OLIVEIRA, P. C. de, e LEMOS, R. G. 'Bravas Mulheres' - discutindo gênero através da expografia. *Revista Habitus*, v. 16, n. 1, p. 5–27, 2018. doi.org/10.18224/hab.v16i1.6006

SALADINO, A. Fórum REMAAE e GT Acervos da SAB - carta de prioridades. *Revista Habitus*, v. 17, n. 1, p. 243-246, 2019. doi.org/10.18224/hab.v17i1.6990

SALADINO, A; POLO, M. Acervo Arqueológico. In: Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural, organizado por B. Grieco; L. Teixeira e A. Thompson. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).

SANTOS, Q. "De primeiro não era assim": histórias, paisagens e as coisas da Ilha do Pará, Afuá, Amazônia. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 36, p. 107-125, 2020. doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2021.163626

SANTOS-GRANERO, F. *The Occult Life of Things: Native Amazonian Theories of Materiality and Personhood*. Tucson: The Arizona Press, 2009

SILVA, M.A. da. *Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOARES, D. Working with huacos: archaeological ceramics and relationships among worlds in the Peruvian North Coast. *Journal of Social Archaeology*, v. 21, n. 3, p. 353–373, 2021. doi.org/10.1177/14696053211028062

TAVARES, L. e AZEVEDO DE MORAES WICHERS, C. Sou eu este patrimônio? : Reflexões críticas acerca da masculinidade hegemônica nos museus e patrimônios goianos. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 11, n. 21, p. 249–264, 2022. doi.org/10.26512/museologia.v11i21.41424.

VANVELTHEM, L. H. Farinha, casas de farinha e objetos familiares em Cruzeiro do Sul (Acre). *Revista de Antropologia, USP*, v. 50, n. 2, p. 605-631, 2007.

VANDERVELDEN, Felipe. Cacos de espíritos: aproximações entre antropologia e arqueologia no caso Karitiana em Rondônia. *Amazônica - Revista de Antropologia*, v. 10, n. 1, p. 184-208, 2018. doi.org/10.18542/amazonica.v10i1.5859

VASCONCELLOS, C. de M. e BALAGUER, O. P. Narrativas expositivas na constituição de memórias identitárias: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, v. 5, n. 14, p. 709–722, 2020. doi 10.31892/rbpab2525-426X.2020.v5.n14.p709-722.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. *Mana*, v. 8, n.1, p. 113–148, 2002. https://doi.org/10.1590/S0104-93132002000100005

VOSS, B. L. Curation as research. A case study in orphaned and underreported archaeological collections. *Archaeological Dialogues*, v. 19, n. 2, p. 145-169, 2012.